

**GOVERNO FEDERAL**

## Guedes defende repasse maior para estados e municípios de recursos do pré-sal

**Rio** - O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu na sexta-feira (15) que 70% dos recursos levantados com o petróleo do pré-sal sejam destinados a estados e municípios, com o governo federal ficando com os 30% restantes, dentro de novo pacto federativo com os entes regionais.

Em evento da Fundação Getulio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, ele calculou que ao longo dos próximos 15 anos os recursos totais que serão levantados com o pré-sal somam entre US\$ 500 bilhões a US\$ 1 trilhão.

No curto prazo, o governo também deve dividir recursos com estados e municípios, apontou Guedes. "O pacto federativo vem em dois estágios. Quer dizer, primeiro é um balão de oxigênio para não capotarem os governadores e prefeitos e depois a mudança realmente das trajetórias futuras", afirmou.

"Então hoje é balão de

oxigênio mesmo, é a gente pegar um pedaço, seja da cessão onerosa, qualquer coisa que a gente conseguir de folga extra que a gente tiver caminhando, a gente pode pensar em compartilhar", acrescentou ele.

Guedes indicou que o impasse entre governo e Petrobras para redefinição do contrato da cessão onerosa se encaminha para um fim, o que destravará o leilão do excedente do pré-sal, abrindo caminho para que ocorra neste ano.

Segundo o ministro, a diferença entre valores discutidos entre o governo e a petroleira baixou para US\$ 2 bilhões, de US\$ 60 bilhões antes.

**Reforma** - Sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que muda as regras para a aposentadoria, Guedes afirmou que o governo

tem um cálculo político que prevê a aprovação do texto pelo Congresso ainda no primeiro semestre.

Ele voltou a defender a necessidade de economia de pelo menos 1 trilhão de reais com a PEC, afirmando que essa potência fiscal é crucial para assegurar a transição para o regime de capitalização.

Segundo o ministro, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, já contabiliza o apoio de 160 deputados à reforma da Previdência a partir de declarações públicas

feitas pelos parlamentares. Mas o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, defende que a conta é na realidade de 260 votos assegurados, incluindo outros 100 apoios velados, emendou Guedes. "48, 50 votos agora é uma questão de opinião pública", disse o ministro.

Para ser aprovada na Câmara, a PEC precisa do apoio de três quintos dos parlamentares - 308 deputados e 49 senadores, em votação em dois turnos em cada Casa.

**Imposto único** - Em sua fala, Guedes também afirmou que



**Paulo Guedes estima que serão levantados entre US\$ 500 bi e US\$ 1 tri com o pré-sal em 15 anos**

o governo está trabalhando na ideia de imposto único federal, mas que isso não será algo de implementação imediata.

“Se a gente reduzir de 54

tipos de impostos e contribuições para oito já vai ser um grande passo ... Esse negócio de PIS, Cofins vai sumir e vai virar um imposto, o imposto único federal.

Evidentemente vai continuar existindo Imposto de Renda e outros, mas os (tributos) indiretos nós vamos dar uma simplificação forte neles”, disse. **(Reuters)**

## *Governadores se posicionam contra reforma*

**Brasília** - Em carta, governadores da região Nordeste se manifestaram contra pontos da reforma da Previdência, como a criação do regime de capitalização, e de outras medidas em análise pelo governo Jair Bolsonaro, caso de eventuais mudanças no Estatuto do Desarmamento que ampliem a circulação de armas.

A manifestação dos governadores do Nordeste - região que abrange nove estados - sobre a Previdência contraria o discurso otimista do governo de aprovar a reforma. O ministro da Economia, Paulo Guedes, conta com apoio dos governadores para passar o texto e Bolsonaro chegou a dizer que contará até com votos do PT, partido de oposição e com forte presença no Nordeste.

Os governadores dizem no documento que, em relação à reforma da Previdência, posicionam-se "em defesa dos mais pobres, tais como beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social, aposentados rurais e por invalidez, mulheres,

entre outros, pois o peso de déficits não pode cair sobre os que mais precisam da proteção previdenciária".

O texto também manifesta rejeição à proposta de "desconstitucionalizar a Previdência Social, retirando da Constituição garantias fundamentais aos cidadãos".

"Do mesmo modo, consideramos ser imprescindível retirar da proposta a previsão do chamado regime de capitalização, pois isso pode inclusive piorar as contas do sistema vigente, além de ser socialmente injusto com os que têm menor capacidade contributiva para fundos privados", afirmou, no documento divulgado ontem.

"Em lugar de medidas contra os mais frágeis, consideramos ser fundamental que setores como o capital financeiro sejam chamados a contribuir de modo mais justo com o equilíbrio da Previdência brasileira", completou.

**Bancada** - Na carta, os governadores também destacam que, para proteger e

promover os direitos dos nordestinos, vão dialogar com as bancadas de 153 deputados federais e 27 senadores da região para que não haja qualquer retrocesso quanto a mecanismos essenciais para o desenvolvimento regional, notadamente o Banco do Nordeste, a Chesf e a Sude-ne. Integrantes do governo chegaram a defender o fim de instituições federais que atuam no Nordeste.

O documento diz ainda que é favorável a não haver mudanças no Estatuto do Desarmamento.

"Somos contrários a regras que ampliem a circulação de armas, mediante posse e porte de armas. Tragédias como o assassinato da vereadora Marielle e a de Suzano, no estado de São Paulo, mostram que armas servem para matar e aumentar violência na sociedade. Somos solidários à dor das famílias, destas e de outras tragédias com armas, e é em respeito à memória das vítimas que assim nos manifestamos", concluíram. **(Reuters)**

## *Proposta de aposentadoria dos militares sai na quarta*

**Rio** - O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, reiterou na sexta-feira (15) que a proposta de reforma previdenciária dos militares será entregue ao Congresso em 20 de março, conforme a promessa original do governo.

Segundo Marinho, que participou de evento da FGV no Rio de Janeiro, a proposta de reforma da Previdência das Forças Armadas, que ainda não foi finalizada, deve incluir um aumento no tempo de serviço e da contribuição dos militares.

Sobre eventuais concessões para militares na reforma, Marinho afirmou: "Se houver entidade que tenha algum benefício especial será preciso mostrar quanto isso vai custar e que isso vai significar menos investimentos em casas populares e na saúde".

O secretário destacou

ainda que a Previdência para a Polícia Militar e os Bombeiros terá as mesmas regras dos militares, o que dará alívio aos Estados.

O governo federal ainda apresentará no dia 20 um projeto de lei contra devedores contumazes da Previdência, de acordo com Marinho.

"O ajuste fiscal com a Previdência será a última janela sem avançar sobre direitos adquiridos", disse.

A proposta geral de reforma da Previdência do governo do presidente Jair Bolsonaro já foi enviada ao Congresso, mas líderes parlamentares têm dito que o texto só vai avançar na Casa após o envio pelo governo de proposta com alterações na aposentadoria dos militares.

"Nunca vi um clima e um ambiente tão bons no Congresso para votação de projetos, e esse é o momento para aprovar a nova Previdência", disse Marinho.

**(Reuters)**